

CAPÍTULO 7

Desempenho dos Programas: Evolução dos Indicadores



7. DESEMPENHO DOS PROGRAMAS: EVOLUÇÃO DOS INDICADORES

CRITÉRIOS UTILIZADOS E LIMITAÇÕES DA AVALIAÇÃO ANUAL 2016

O desempenho anual dos programas do Executivo Estadual integrantes do PPA 2016-2019 é aferido pela evolução dos indicadores de programas. O desejável é que a evolução de todos os indicadores ocorra conforme as respectivas polaridades, que determinam o sentido em que os indicadores devem evoluir – se a polaridade for positiva, o valor assumido pelo indicador deverá ser crescente ao longo do quadriênio; ao contrário, se a polaridade for negativa, esse valor deverá ser decrescente.

Conforme a evolução do indicador, no exercício, tenha ocorrido ou não no sentido da sua polaridade, a avaliação realizada atribui os seguintes conceitos: (i) satisfatória (evolução no sentido da polaridade), (ii) sem alteração (evolução nula), (iii) insatisfatória (evolução contrária ao sentido da polaridade) e (iv) evolução não programada para o exercício.

O desempenho geral do conjunto dos programas e de cada programa, isoladamente, é classificado de acordo com os seguintes critérios:

- desempenho bom – 50% a 100% dos indicadores registram evolução “satisfatória” ou “não programada para o exercício”;
- desempenho regular – menos de 50% dos indicadores registram evolução “satisfatória” ou “não programada para o exercício”.

Dezenove dos vinte e sete programas que integram o PPA 2016-2019 são de responsabilidade do Executivo Estadual. Esses programas possuem, em conjunto, 97¹ indicadores que devem, em princípio, permitir a aferição de desempenho, observadas as ressalvas expressas ao final deste tópico.

Dentre os 97 indicadores de programas, 82 apresentaram dados válidos, aptos a serem considerados para avaliação. Os demais enquadraram-se nas seguintes situações:

- a. indicadores com dados inexistentes (provenientes de pesquisas com resultados não divulgados até 31 de outubro de 2016²) – cinco;
- b. indicadores com dados desconhecidos (não informados pela fonte responsável) – dois;
- c. indicadores excluídos da avaliação por não corresponderem a qualquer compromisso (publicados no PPA 2016-2019 por equívoco) – dois;
- d. indicadores com dados do ano de referência e do ano de aferição não comparáveis, por possuírem fórmula de cálculo incompatível com o critério de aferição da evolução ou, ainda, por terem sido consideradas variáveis diferentes nos cálculos dos valores para o ano de referência e para o ano de aferição – seis.

Para estabelecer a ordem de classificação dos programas, segundo a evolução dos seus indicadores, realizou-se uma ponderação, considerando (i) a quanti-

1 – Há dois programas que utilizam um mesmo indicador (Programas 206 – Desenvolvimento Rural Sustentável e 216 – Vida Melhor), computado apenas uma vez no total de 97 indicadores.

2 – Data de corte para apuração dos valores dos indicadores, na Avaliação Anual.

Os indicadores, em geral, estão vinculados especialmente a alguns compromissos, assim, um conceito eventualmente insatisfatório estará referido a algumas ações enfeixadas em um compromisso, e não ao programa como um todo.

dade de indicadores de cada programa e (ii) a quantidade total de indicadores válidos para avaliação. Em seguida, partindo-se do total de indicadores válidos, foi feita a distribuição relativa para estabelecer a contribuição de cada programa, obtendo-se o fator de correção de 0,012048, que se refere à divisão da contribuição do programa pela sua quantidade de indicadores. A depender do conceito atribuído à evolução do indicador, o fator de correção foi acrescido ou subtraído, obtendo-se o *ranking* final pela soma dos percentuais corrigidos de evolução satisfatória com evolução não programada para o exercício³.

Três ressalvas devem ser feitas para que fiquem claros os limites da avaliação. Em primeiro lugar, desde que totalmente aderente ao objetivo do(s) compromisso(s), o indicador é considerado como indicador de resultado, e a avaliação será de eficácia, ou do grau de alcance dos objetivos dos programas expressos nos seus compromissos. A avaliação de eficácia será, a cada ano, parcial, completando-se ao final do quadriênio, quando será possível verificar se as metas que sensibilizam o indicador foram atingidas ou não.

Por outro lado, apesar da grande melhoria na qualidade em relação ao PPA 2012-2015, os indicadores, em geral, estão vinculados especialmente a alguns compromissos e não à totalidade do programa – assim, um conceito eventualmente insatisfatório estará referido a algumas ações enfeixadas em um compromisso, e não ao programa como um todo.

Por fim, os valores registrados para os indicadores referem-se, no máximo, a 31 de outubro de 2016, data de corte assumida na avaliação anual. Assim, esses valores

³ - Evolução "satisfatória", "insatisfatória" ou "sem alteração" – ao percentual representado pelo conceito foi acrescido o fator de correção multiplicado por esse mesmo percentual: [% de participação do conceito no programa + (fator de correção x % de participação do conceito no programa)]. Evolução "não programada para o exercício" – do percentual representado pelo conceito foi subtraído o fator de correção multiplicado por esse mesmo percentual (a evolução não programada do indicador deve ter peso menor que os demais conceitos na avaliação): [% de participação do conceito no programa – (fator de correção x % de participação do conceito no programa)].

são preliminares, e, em alguns casos, parciais. Os números consolidados para 2016 serão apresentados quando da avaliação dos programas no exercício de 2017.

DESEMPENHO GERAL DOS PROGRAMAS

Os indicadores com dados válidos obtiveram os conceitos mostrados no quadro abaixo, atribuídos de acordo com os critérios expressos no tópico anterior, ou seja, conforme a evolução, no exercício, tenha ocorrido ou não no sentido da sua polaridade.

QUADRO 1	Evolução dos indicadores com dados válidos		Bahia, 2016
Evolução	Indicadores com dados válidos		
	Quantidade	%	
Satisfatória	41	50,00	
Sem alteração (evolução nula)	10	12,20	
Insatisfatória	25	30,49	
Não programada para o exercício	6	7,31	
TOTAL	82	100,00	

Fonte: Diretoria de Avaliação – DAV / SMA / Seplan

As restrições que ensejaram a evolução insatisfatória ou a evolução nula não prevista dos indicadores foram, em 51,43% dos casos, de caráter orçamentário (contingenciamento total ou parcial dos recursos orçamentários destinados às ações que sensibilizam os indicadores); em três casos, ou 8,57% do total, o desempenho insatisfatório deveu-se à escassez de pessoal técnico especializado; fatores externos como estiagem prolongada e retração do mercado de trabalho; queda de demanda por cursos de pós-graduação *lato sensu* e falta de adesão municipal também foram justificativas referidas.

Nessas circunstâncias, e aplicados os critérios de avaliação com a devida ponderação em função do número de indicadores de cada programa, cerca de 32% (6/19) dos programas do Executivo Estadual apresentaram 50% ou mais indicadores com evolução satisfatória ou não programada para o exercício, conforme o quadro a seguir.

QUADRO 2 Classificação dos programas do executivo estadual conforme a evolução dos indicadores						Bahia, 2016
Programa	Nº total de indicadores	Nº de indicadores válidos	Nº de indicadores válidos com evolução satisfatória	Nº de indicadores válidos com evolução não programada para o exercício	Ponderação ⁽¹⁾	% corrigido de indicadores com evolução satisfatória ou não programada para o exercício
204 – Infraestrutura para o Desenvolvimento	4	3	3	0	0,0361	83,3
205 – Pacto pela Vida	6	6	5	0	0,0723	70,0
200 – Saúde mais Perto de Você	5	5	4	0	0,0602	67,2
207 – Meio Ambiente e Sustentabilidade	10	9	7	0	0,1084	65,3
212 – Educar para Transformar	7	7	5	0	0,0843	60,0
203 – Desenvolvimento Produtivo	5	4	2	0	0,0482	58,0
218 – Gestão Participativa	6	6	2	1	0,0723	44,4
214 – Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais	6	6	3	0	0,0723	42,0
206 – Desenvolvimento Rural Sustentável	4	4	2	0	0,0482	42,0
211 – Mulher Cidadã	4	4	2	0	0,0482	42,0
215 – Cidadania e Direitos	4	4	2	0	0,0482	42,0
208 – Bahia Trabalho Decente	3	2	1	0	0,0241	41,8
201 – Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento	4	4	1	0	0,0482	21,0
216 – Vida Melhor	5	5	1	0	0,0602	16,8
202 – Cultura e Identidades	4	4	0	1	0,0482	16,4
210 – Turismo	5	4	0	1	0,0482	16,4
209 – Desenvolvimento Urbano ⁽²⁾	4	3	1	2	-	-
213 – Água para Todos ⁽³⁾	7	1	0	0	-	-
217 – Esporte e Lazer ⁽⁴⁾	5	2	1	0	-	-

Fonte: Diretoria de Avaliação – DAV / SMA / Seplan.

Notas:

(1) Distribuição por indicador válido – 0,0120.

(2) Programa não avaliado por ter a maioria dos indicadores válidos com evolução não programada para o exercício de 2016.

(3) Programa não avaliado por ter cinco indicadores sem valores apurados para 2016 (quatro com dados ainda não publicados; um por desatualização da fonte), e um com fórmula de cálculo incompatível com o critério de aferição da evolução.

(4) Programa não avaliado por ter a maioria dos indicadores não válidos.

Assim, desde que sejam levadas em conta as limitações da avaliação, particularmente no que diz respeito à representatividade dos indicadores com relação aos compromissos dos respectivos programas, é possível afirmar, sobre o desempenho geral dos programas no exercício de 2016, que:

- 57,31% dos indicadores válidos registraram evolução satisfatória (50,00%) ou não programada para o exercício (7,31%);
- quando avaliados pela evolução dos seus indicadores, seis programas re-

gistraram desempenho bom, dez programas tiveram desempenho regular e três programas não apresentaram condições para aplicação, neste exercício, dos critérios adotados na Avaliação Anual;

- considerando-se o número médio de compromissos por indicador válido, de modo a reduzir distorções decorrentes da maior ou menor representatividade dos indicadores, seis dos dez programas avaliados com desempenho regular apresentam médias de compromissos por indicador inferiores à média geral, de 2,75, sugerindo maior representatividade dos

indicadores: Programas 214 – Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais (1,17); 211 – Mulher Cidadã (1,75); 208 – Bahia Trabalho Decente (1,50); 216 – Vida Melhor (2,20); 202 – Cultura e Identidades (2,00); e 210 – Turismo (1,25);

- de modo inverso, dois dos seis programas avaliados com desempenho bom apresentam médias de compromissos por indicador superiores à média geral, sugerindo menor representatividade dos indicadores: Programas 204 – Infraestrutura para o Desenvolvimento (4,00) e 203 – Desenvolvimento Produtivo (5,25);
- o Programa 218 – Gestão Participativa apresenta a maior média de compromissos por indicador (6,00), o que sugere a menor representatividade dos indicadores dentre os programas do Executivo Estadual.

DESTAQUES

Programa 204 – Infraestrutura para o Desenvolvimento

O Programa 204 contempla 12 compromissos, dentre os quais quatro guardam vinculação com os indicadores. O programa registrou um desempenho bom no exercício de 2016, quando avaliado pela evolução dos seus quatro indicadores, satisfatória para três deles.

Os dois primeiros indicadores do programa, Indicador 1 – Índice de pontos de acesso à banda larga e Indicador 2 – Velocidade média contratada de enlaces da Infovia Digital da Bahia, estão vinculados ao Compromisso 4 – “Ampliar o acesso à banda larga para o desenvolvimento socioeconômico sustentável”, particularmente à meta que projeta disponibilizar 1.000 acessos em banda larga acima de 25Mbps em unidades públicas até 2019, com a iniciativa de “Implantar e operar acessos de última milha”.

A evolução satisfatória do Indicador 1 se deve a um incremento próprio do setor de telecomunicações, uma vez que as ações específicas do Estado da Bahia voltadas para a banda larga ainda não têm impacto significativo. Quanto ao Indicador 2, a velocidade média, em megabit por segundo (mbps), é obtida a partir da relação entre o somatório da velocidade individual e a quantidade de pontos contratados (Mbps contratados/quantidade

de pontos contratados) – em 2016 foram 5.705 mbps e 428 pontos contratados, o que resulta em uma velocidade média de 13,33 mbps. Não existiam pontos contratados em 2015, o que explica a evolução satisfatória do indicador.

O Indicador 3 – Participação da produção de energia renovável na produção total de energia primária reflete os resultados obtidos no âmbito dos Compromissos 6 – “Promover a diversificação da matriz energética estadual, com ênfase nas fontes renováveis, visando o desenvolvimento socioeconômico”, e 9 – “Articular junto aos agentes do setor elétrico as expansões e reforços dos sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica para assegurar a oferta e permitir a conexão com novas usinas geradoras, com ênfase para fontes renováveis”, particularmente a meta que projeta, para 2019, aumentar em 7% o percentual de participação das fontes renováveis na estrutura da matriz energética do Estado da Bahia, do Compromisso 6.

A queda na produção de concentrado de urânio e o aumento na geração de energia elétrica, a partir da fonte eólica, devem contribuir para a evolução satisfatória em 2016, em relação à situação constatada no ano de referência, mas os dados estarão disponíveis apenas no primeiro semestre de 2017, quando publicado o Balanço Energético do Estado da Bahia 2016.

O último indicador do programa, o Indicador 4 – Índice de extensão da malha de gasoduto, por sua vez, vincula-se ao Compromisso 12 – “Expandir o mercado de gás natural com ênfase na interiorização, massificação e diversificação dos segmentos industrial, automotivo, comercial e residencial” e à meta referente ao aumento ou otimização do volume diário de distribuição de gás natural, que projeta atingir, em 2019, 736.000 m³/dia. A evolução satisfatória do indicador decorreu da expansão da malha de gasoduto, que no ano de 2016 alcançou 850,62 km, em um incremento de cerca de 10% em relação à malha existente em 2014, ano de referência (771,06 km).

Programa 205 – Pacto pela Vida

Com 16 compromissos, sete dos quais guardam vinculação com os indicadores, o Programa 205 apresentou desempenho bom em 2016, uma vez que cinco dos seus seis indicadores tiveram evolução satisfatória no exercício.

O único indicador que apresentou evolução insatisfatória foi o Indicador 1 – Despesas com capacitação de servidores do Sistema Estadual de Segurança Pública. Diretamente vinculado ao Compromisso 15 – “Promover a formação, a capacitação, a valorização e a qualidade de vida dos servidores do Sistema Estadual de Segurança Pública”, reflete a meta consistente em “Implementar plano de formação e capacitação de servidores e candidatos habilitados em concurso do Sistema de Segurança Pública”.

O valor do indicador é obtido a partir da relação entre as despesas liquidadas com capacitação de servidores do Sistema Estadual de Segurança Pública e o total de despesas liquidadas na Secretaria de Segurança Pública, incluindo todas as Unidades Orçamentárias, no ano de aferição. A evolução insatisfatória deveu-se à restrição orçamentária no exercício de 2016, que impactou diretamente na realização dos eventos de capacitação.

O Indicador 2 – Índice do número de apreensões de armas de fogo registrou um incremento de mais de 5% em 2016, apresentando, portanto, uma evolução satisfatória em relação ao exercício de 2015, com o total de 3.583 armas apreendidas em 2016 e de 3.411 armas em 2015, considerando-se, em ambos os casos, o período de janeiro a agosto.

A evolução desse indicador está relacionada ao Compromisso 21 – “Fortalecer o funcionamento do Sistema Estadual de Segurança Pública”. Contribuíram, particularmente, para a evolução do indicador as iniciativas voltadas à viabilização do funcionamento das unidades e à realização de atividades do Sistema de Segurança – o resultado satisfatório deveu-se, principalmente, ao esforço operacional das unidades, em face das limitações orçamentárias e financeiras que o estado enfrenta. Também decisiva para o resultado foram as aquisições de equipamentos e insumos, além da adequação da frota, com a aquisição, por meio de recursos do Programa Prosegurança, de 330 automóveis para policiamento ostensivo e 294 para policiamento velado, três caminhões guincho e um caminhão-tanque, entre outros equipamentos.

O Indicador 3 – Índice do número de inquéritos concluídos com autoria também apresentou evolução satisfatória, registrando, em 2016, um incremento de cerca de 11% em relação ao ano de referência, 2015.

Cinco compromissos estão vinculados a esse indicador, com as metas que contribuíram, particularmente, para a sua evolução satisfatória: (i) o Compromisso 10 (soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC), com as metas que projetam, para 2019, implantar o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação; ampliar para 68 o número de Unidades de Segurança Pública com o Sistema Integrado de Gestão da Informação Policial – SIGIP; e ampliar em 13% a capacidade de atendimento anual com identificação criminal; (ii) o Compromisso 15 (capacitação de servidores), com a meta consistente em implementar plano de formação e capacitação de servidores e candidatos habilitados em concurso do Sistema Estadual de Segurança Pública; (iii) o Compromisso 17 (repressão qualificada ao crime organizado), com as metas que prevêem, até 2019, aumentar em 3% a capacidade anual de atendimento do núcleo de inteligência policial; modernizar o Arquivo Criminal; e implantar o plano de fortalecimento da Rede de Gestão da Informação e Análise Criminal da Segurança Pública; (iv) o Compromisso 20 (fortalecimento da infraestrutura física do sistema estadual de segurança pública), com as metas que projetam, no quadriênio, expandir, em mais 29, o número de unidades da rede física do Sistema Estadual de Segurança Pública; e requalificar 87 unidades da rede física do Sistema Estadual de Segurança Pública; por fim, (v) o Compromisso 21 (funcionamento do Sistema Estadual de Segurança Pública), com as metas consistentes em implementar o projeto de aquisições de equipamentos e insumos do Sistema Estadual de Segurança Pública; e implementar o funcionamento das unidades do Sistema Estadual de Segurança Pública.

Destacam-se, em 2016, no âmbito do Compromisso 21, a aquisição de mobiliário e equipamentos para os cinco Distritos Integrados de Segurança Pública (DISEP), inaugurados entre janeiro e dezembro; a instauração de 45,9 mil Inquéritos Policiais, nos 27 Territórios de Identidade; o registro, por meio da Delegacia Digital, de 89,0 mil ocorrências de fatos não delituosos (como perda e extravio de documentos e objetos, desaparecimento e aparecimento de pessoas) e delituosos (a exemplo de furto de veículos e furtos e roubos de menor gravidade que não exijam providências presenciais); e o acompanhamento do desempenho dos servidores nas Unidades Policiais integrantes do Departamento de Polícia Metropolitana (DEPOM).

O Indicador 4 – Índice do número de laudos emitidos apresentou, igualmente, evolução satisfatória, registrando, em 2016, um incremento de cerca de 3% em relação ao ano de referência, com o total de 109.822 laudos em 2016 e de

106.462 laudos em 2015, considerando-se, em ambos os casos, o período de janeiro a julho.

Seis compromissos do programa têm reflexos sobre o indicador – além dos Compromissos 10 (soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação); 15 (capacitação de servidores); 17 (repressão qualificada ao crime organizado); 20 (fortalecimento da infraestrutura física) e 21 (fortalecimento do funcionamento do Sistema Estadual de Segurança Pública), já referidos, o Compromisso 18 (fortalecimento da gestão organizacional do Sistema Estadual de Segurança Pública).

No âmbito desses compromissos, destacam-se as seguintes contribuições, no exercício de 2016: formação de 137 profissionais entre Peritos Criminais, Peritos Médicos Legistas e Peritos Técnicos aprovados no Concurso Público realizado em 2014, visando ampliar o quadro funcional do Departamento de Polícia Técnica (DPT), com a nomeação de 66 deles distribuídos nas Macro Regionais com sedes nos municípios de Barreiras, Feira de Santana, Itabuna, Irecê, Juazeiro e Vitória da Conquista (Compromisso 15); melhoria da estrutura física do Departamento de Polícia Técnica (DPT), com a reforma na rede elétrica da sede de Feira de Santana, reparos na estrutura da sede no município de Brumado, reparos na sala de geladeiras de conservação de cadáveres, e reforma, em parceria entre o DPT e a Secretaria da Saúde (Sesab), de uma das alas da sala de necropsia do Instituto Médico Legal Nina Rodrigues (IMLNR); construção e implementação dos Distritos Integrados de Segurança Pública (DISEP) inaugurados até dezembro de 2016 nos municípios de Serrinha, Bom Jesus da Lapa e Itapetinga, sendo este último unidade exclusiva do DPT (Compromisso 20); adequação da frota de veículos com a doação, pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (SENASP/MJ), de 31 viaturas customizadas para perícia criminal (cinco unidades entregues em novembro de 2016; 26 unidades com entrega prevista para janeiro de 2017); e implantação de serviço de identificação civil no Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC) em Guanambi e de Ponto Cidadão nos municípios de Bom Jesus da Lapa, Ribeira do Pombal, Euclides da Cunha, Barra da Estiva e Xique-Xique, com emissão de 1.269.864 carteiras de identidade em todo o território baiano.

O Indicador 5 – Índice do número de vagas no sistema penitenciário registrou evolução satisfatória, com um incremento de cerca de 20% em relação a 2015. O valor apurado em 2016 superou as expectativas iniciais devido às ampliações

concluídas, em dezembro de 2015, nas unidades de Paulo Afonso, Juazeiro, Itabuna, Cadeia Pública, Feira de Santana e Conjunto Penal de Vitória da Conquista, que resultaram no acréscimo total, até 30/10/2016, de 1.738 vagas no sistema penitenciário. O indicador é vinculado ao Compromisso 1 – “Dotar o Sistema Penitenciário de infraestrutura física capaz de atender às necessidades das pessoas privadas de liberdade, humanizando o sistema”, particularmente às metas que projetam, para 2019, (i) criar 3.100 vagas carcerárias, e (ii) reformar nove unidades do sistema penitenciário.

Por último, o Indicador 6 – Taxa de cobertura do Corpo de Bombeiros Militar também apresentou evolução satisfatória em relação ao ano de referência, 2014. Dois compromissos estão vinculados a esse indicador, os Compromissos 15 (capacitação de servidores) e 20 (fortalecimento da infraestrutura física), particularmente às metas e iniciativas que projetam, até 2019, (i) implementar plano de formação de candidatos habilitados em concurso do Sistema Estadual de Segurança Pública por meio da realização de eventos de formação para bombeiros militares habilitados em concurso; e (ii) expandir o número de unidades da rede física do Sistema Estadual de Segurança Pública, com a construção de unidades do Corpo de Bombeiros Militar. O valor do indicador corresponde à relação entre a soma da população dos municípios distantes em um raio de até 35km da sede do município onde se localiza uma Unidade Operacional do CBMBA e a população do estado estimada para o ano de apuração. Em 2016, a população estimada de municípios distantes de até 35km de sedes de municípios onde há Unidades Operacionais do CBMBA foi de 8.030.081 habitantes, e a população estimada residente no estado de 15.276.566 habitantes, o que resulta no Índice de Cobertura de 52,56%, superior, portanto, ao valor registrado no ano de referência, 2014, de 51,49%.

Programa 200 – Saúde Mais Perto de Você

O Programa 200 contempla nove compromissos, quatro desses relacionados mais diretamente aos indicadores. O programa registrou um desempenho bom no exercício de 2016, quando avaliado pela evolução dos seus cinco indicadores, satisfatória para quatro deles.

O Indicador 1 – Cobertura vacinal de Pentavalente em menores de um ano, único que teve evolução insatisfatória em 2016. Com um percentual de 61,88%, menor,

portanto, que o percentual registrado em 2015, de 91,51%, reflete os resultados obtidos no âmbito do Compromisso 1 – “Fortalecer as ações de Vigilância à Saúde para promoção e proteção da saúde, prevenção de doenças/agravos e controle de riscos”, especificamente a meta que projeta, para o quadriênio, apoiar tecnicamente 417 municípios nas ações de imunização, com a iniciativa de “Qualificar o Programa Estadual de Imunização nos Municípios”. De acordo com a SESAB, os seguintes problemas têm influenciado os resultados da cobertura vacinal: (i) rotatividade dos profissionais responsáveis pela imunização nos municípios, (ii) erro na exportação dos dados do Sistema de Informações do Programa Nacional de Imunizações – SI-PNI e (iii) falha na digitação do SI-PNI e na Avaliação do Programa de Imunização (APIWEB).

O Indicador 2 – Percentual de atendimento às solicitações de hemocomponentes recebidas pela Fundação HEMOBA registrou evolução satisfatória, vinculada aos resultados obtidos no âmbito do Compromisso 7 – “Fortalecer a rede de hematologia e hemoterapia do estado da Bahia para atender à demanda do sistema único de saúde (SUS-BA)”, particularmente à meta que visa captar, no quadriênio, 696 mil candidatos à doação de sangue. Em 2016 foram captados 142.313 candidatos.

O Indicador 3 – Proporção de internações por condições sensíveis à Atenção também apresentou evolução satisfatória, com um incremento de 5,2% em relação a 2014, refletindo resultados obtidos do Compromisso 2 – “Consolidar as ações e serviços de saúde da Atenção Básica, com resolutividade,” especialmente a meta que projeta ampliar para 82% a cobertura da Atenção Básica mediante o apoio institucional a 378 municípios.

O Indicador 4 – Proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal, com evolução satisfatória em 2016, vincula-se ao Compromisso 4 – “Promover a integração das ações e serviços de saúde por meio das redes de atenção à saúde”. Destacam-se, particularmente, os avanços registrados na meta que prevê o apoio a 417 municípios para desenvolver ações de saúde na atenção à mulher, homem, criança, adolescente, jovem e idosos – em 2016 foram apoiados 224 municípios baianos.

Por fim, o Indicador 5 – Proporção de registro de óbitos com causa básica definida, também com evolução satisfatória, reflete os resultados obtidos do Compro-

misso 1 – “Fortalecer as ações de Vigilância à Saúde para promoção e proteção da saúde, prevenção de doenças/agravos e controle de riscos”, com a meta quadriênal que projeta desenvolver ações de vigilância em saúde nos 417 municípios, conforme resolução da Comissão Intergestora Bipartite (CIB) – 309 municípios realizaram ações de cinco áreas de vigilância (sanitária, saúde ambiental, informação em saúde, epidemiológica e saúde do trabalhador) no exercício de 2016.

Programa 207 – Meio Ambiente e Sustentabilidade

O Programa 207 também registrou um desempenho bom em 2016, quando avaliado pela evolução dos seus nove indicadores válidos, satisfatória para sete deles. Integrado por seis compromissos, três deles vinculados aos indicadores, o Programa 207 também recebe contribuições do Compromisso 37 – “Promover o ordenamento territorial, por meio do Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE” do Programa 18 – Gestão Participativa.

O Indicador 1 – Área total em restauração registrou evolução satisfatória, uma vez que houve, em 2016, um incremento de cerca de 40% em relação a 2015 (ano de referência)⁴. O indicador está vinculado ao Compromisso 2 – “Promover a ampliação e restauração das áreas prioritárias e estratégicas para conservação e uso da biodiversidade e dos recursos hídricos”, em particular à meta de implementar programa de restauração florestal em áreas prioritárias e estratégicas; e ao Compromisso 4 – “Aprimorar a qualidade e o controle ambiental”, em especial à meta que projeta, até 2019, cadastrar 680.000 imóveis rurais da agricultura familiar para apoiar a regularização ambiental. Em 2016 foram regularizados 31.336 imóveis rurais.

O Indicador 2 – Passivo de Fiscalização Ambiental apresentou evolução insatisfatória, uma vez que o número de processos formados existentes em 2016 superou em cerca de 39% o número de processos formados (processos criados, com numeração própria, a cada ano) existentes em 2014. Considerando-se um período mais extenso, o número de processos formados no período 2015/2016 aumentou em 68% quando comparado com o período de 2010/2014, enquanto que o número de processos finalizados (processos concluídos, arquivados e can-

4 – Houve equívoco no valor para 2015 publicado no PPA 2016-2019 - o valor correto é 273.423,94 ha, e não 121.255,17 ha. Como o valor apurado em 2016 foi de 382.974,62, o incremento foi de 40,07%. São computadas as áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal com passivo de restauração e Plano de Restauração cadastrado no Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (CEFIR).

celados em determinado período) aumentou em apenas 26%. Também vinculado ao Compromisso 4, o indicador relaciona-se à meta que projeta, para 2019, realizar 7.600 fiscalizações ambientais de atividades e empreendimentos. Em 2016 foram realizadas 2.912 fiscalizações ambientais, cerca de 38% a mais que no ano de 2015. Apesar desse aumento no número de fiscalizações, no mesmo período houve redução no quadro de técnicos do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA), com impactos sobre o número de processos analisados, ampliando, assim, o passivo existente.

O Indicador 3 – Passivo de Licenciamento Ambiental (exceto Atos Florestais, Atos Declaratórios e outorgas), evoluiu satisfatoriamente em relação ao ano de referência, com uma redução de 24% do passivo acumulado até 30/10/2016. Igualmente vinculado ao Compromisso 4, reflete os resultados das ações tendentes a concretizar a meta que projeta, para 2019, realizar 16.015 regularizações ambientais de atividades e empreendimentos. Até 30/10/2016 e 31/12/2016 foram realizados, respectivamente, 3.058 e 4.474 atos de regularização ambiental.

O Indicador 4 – Proporção da implementação de instrumentos de gestão de Recursos Hídricos (PERH), também com evolução satisfatória em 2016, reflete ações realizadas no âmbito do Compromisso 3 – “Fortalecer os sistemas estaduais de meio ambiente e recursos hídricos”, particularmente as ações relacionadas à meta que projeta, para 2019, implementar sete instrumentos para a gestão dos recursos hídricos. Em 2016 foram implementados 21 instrumentos – 8 (oito) planos de bacias hidrográficas, 8 (oito) enquadramentos, 2 (dois) cadastros de usuários, 1 (uma) outorga de direito de uso, o Plano Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Estadual de Informações Ambientais.

O Indicador 5 – Proporção das etapas de Planejamento e Ordenamento Territorial Ambiental concluídas, também com evolução satisfatória em 2016, guarda vinculação com compromissos integrantes de dois programas do PPA 2016-2019: além do Compromisso 3 – “Fortalecer os sistemas estaduais de meio ambiente e recursos hídricos” do Programa 207, o Compromisso 37 – “Promover o ordenamento territorial, por meio do Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE” do Programa 218 – Gestão Participativa. O indicador traduz particularmente as metas que projetam, para 2019, (i) implementar sete instrumentos para a gestão dos recursos hídricos, por meio da iniciativa consistente em elaborar dez planos de bacias hidrográficas, incluindo o enquadramento de corpos hídricos (Programa

207), e (ii) elaborar o Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro – ZEEC (Programa 218). Em 2016 foram contratados 8 (oito) planos de bacias hidrográficas.

O Indicador 6 – Proporção de áreas da agricultura familiar cadastradas no CEFIR registrou evolução satisfatória. O indicador está vinculado ao Compromisso 4 – “Aprimorar a qualidade e o controle ambiental”, em particular à meta consistente em cadastrar, no quadriênio, 680.000 propriedades de agricultura familiar, para apoiar a regularização ambiental. A evolução do indicador deveu-se, basicamente, ao cadastro de imóveis com até quatro Módulos Fiscais. O caráter obrigatório do cadastro garante, dentre outras regulamentações, o financiamento agrícola. O valor do indicador corresponde à relação entre o total, em hectares (ha), das áreas de pequenas propriedades rurais cadastradas e o total das áreas de pequenas propriedades rurais cadastráveis pelo estado. Em 2016 foram apurados 2.328.071 ha de pequenas propriedades rurais cadastradas contra 9.955.563 ha de pequenas propriedades cadastráveis pelo estado.

O Indicador 7 – Proporção de áreas prioritárias para conservação da biodiversidade – APCB com estratégia de conservação implementada apresentou evolução satisfatória, uma vez que o valor registrado em 2016 é superior ao de 2015, ano de referência. É necessário ressaltar, entretanto, que limitações do Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (CEFIR) em 2015, sanadas em 2016, acarretaram diferenças entre as variáveis consideradas no cálculo desses valores, a serem consolidados em 2017. O indicador está relacionado ao Compromisso 2 – “Promover a ampliação e restauração das áreas prioritárias e estratégicas para conservação e uso da biodiversidade e dos recursos hídricos”, particularmente às metas que projetam, para 2019, (i) realizar ação para estimular o mercado de cotas de reserva ambiental em áreas prioritárias para a conservação, e (ii) promover o fortalecimento de Sistema Estadual de Unidades de Conservação.

Deseja-se saber quanto de área que necessita de medidas protetivas nas Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade – APCB já possuem estratégias de conservação – assim, o valor do indicador corresponde à relação percentual entre o total de Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade com estratégias de conservação (Área de Preservação Permanente – APP e Reserva Legal – RL) e o total de Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade. Em 2015, o projeto Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade estava em fase de finalização e as informações de superfície de APP e RL não estavam

disponíveis, motivo pelo qual foram considerados dados preliminares para APCB (20.550.135,7 ha) e área de Unidades de Conservação – UC estaduais com sobreposição (2.591.525,26 ha). O cálculo atual leva em consideração a nova área de APCB, APP, RL e UC, a saber, (i) até 31/07/2015, 90.695,66 ha de APP e 197.563,90 ha de RL, totalizando 288.259,5 ha; e (ii) até 30/10/2016, 215.746,27 ha de APP e 866.964,82 haa de RL, totalizando 1.082.711,09 ha, com 6.102.214,54 ha de superfície de Unidade de Conservação estadual em sobreposição com as Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade.

O Indicador 8 – Proporção de Lista de espécies e Planos de Ação concluídos registrou evolução satisfatória em 2016, refletindo a elaboração de um Plano de Ação Nacional que contempla três espécies da lista de espécies ameaçadas do Estado da Bahia. Assim como o Indicador 7, é vinculado ao Compromisso 2, particularmente à meta que projeta, para 2019, a implementação de cinco planos de ação e de recuperação de espécies da fauna e flora ameaçadas de extinção – três Planos de Ação nacionais, que contemplarão espécies ameaçadas na Bahia, a serem elaborados em conjunto com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, e dois Planos de Ação estaduais, contemplando espécies que não estão incluídas nos Planos de Ação nacionais. Em 2016 foi elaborado o Plano de Ação Nacional Papagaios da Mata Atlântica.

O Indicador 9 – Proporção de municípios aderentes à Gestão Ambiental Compartilhada (GAC), igualmente com evolução satisfatória em 2016, reflete ações realizadas no âmbito do Compromisso 3 – “Fortalecer os sistemas estaduais de meio ambiente e recursos hídricos”, vinculando-se especialmente à meta consistente em promover, no quadriênio, a estruturação da gestão ambiental compartilhada em 300 municípios do estado. Em 2016 foram registrados 258 municípios com adesão à GAC.

Por fim, o Indicador 10 – Proporção de Unidades de Conservação Estaduais com Planos de Manejo e Conselho Gestor ativo registrou evolução insatisfatória em 2016, com apenas 11% das 45 Unidades de Conservação estaduais com Plano de Manejo e Conselho Gestor Ativo em 2016, quando este percentual, em 2015, chegou a 25%. O indicador é vinculado ao Compromisso 2 – “Promover a ampliação e restauração das áreas prioritárias e estratégicas para conservação e uso da biodiversidade e dos recursos hídricos”, particularmente à meta que visa promover o fortalecimento do Sistema Estadual de Unidades de Conservação até

2019, que teve a execução das ações correspondentes comprometida em razão de contingenciamento de recursos orçamentários. Ressalta-se que a utilização de recursos provenientes da Compensação Ambiental para esse fim está em processo de regulamentação.

Programa 212 – Educar para Transformar

Avaliado pela evolução dos seus sete indicadores, satisfatória para cinco desses, o Programa 212 apresentou um desempenho bom no exercício de 2016. O programa é integrado por 15 compromissos, quatro dos quais relacionados aos indicadores.

Com evolução satisfatória em 2016, o Indicador 1 – Número de bolsas de iniciação científica, tecnológica e de inovação ofertadas na rede estadual guarda vinculação com o Compromisso 12 – “Consolidar e ampliar as ações de ensino, pesquisa e extensão nas universidades estaduais, em prol da melhoria da qualidade de vida da população baiana”, especificamente com a meta que prevê a oferta de 1.065 bolsas de iniciação científica, tecnológica e de inovação até 2019.

O Indicador 2 – Número de cursos de graduação ofertados na rede estadual também registrou evolução satisfatória no exercício. O indicador traduz os resultados relacionados à meta do Compromisso 12, que projeta ofertar 259 cursos de graduação presencial até 2019. Em 2016 foram ofertados 33 novos cursos, totalizando 241 cursos de graduação na rede estadual⁵. Segundo a Secretaria de Educação, o comportamento do indicador está de acordo com o planejado, considerando que as universidades têm adotado uma postura de consolidação e estruturação dos cursos de graduação já existentes, em vista do contexto de restrições orçamentárias.

O Indicador 3 – Número de cursos de pós-graduação ofertados na rede estadual registrou evolução insatisfatória em 2016, com 179 cursos de pós-graduação ofertados, contra 282 cursos de pós-graduação ofertados em 2013, ano de referência. Aqui é considerado o total de cursos de pós-graduação na modalidade presencial, incluindo os cursos de especialização (pós-graduação *lato sensu*) e os cursos de

5 – O indicador se refere exclusivamente a cursos de graduação na modalidade presencial ofertados pelas universidades estaduais da Bahia, não computados os cursos de graduação na modalidade a distância e de oferta especial. Houve um equívoco no valor de referência constante do Anexo deste Relatório - o número de cursos de graduação na modalidade presencial ofertados na rede estadual em 2013 era de 208, e não de 2.233.

mestrado e doutorado (pós-graduação *stricto sensu*) – a redução em 2016 ocorreu em função da redução do número de cursos de especialização, cuja oferta não é contínua. Por outro lado, ocorreu um aumento significativo no número de cursos de mestrado e doutorado, refletindo o esforço das universidades estaduais na melhoria da qualidade do ensino da pós-graduação em um período de extrema contenção orçamentária e financeira. O indicador é vinculado à meta do Compromisso 12 referente à oferta de 234 cursos de pós-graduação até 2019. Em 2016 foram ofertados 102 cursos presenciais de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) e 77 cursos de pós-graduação presenciais *lato sensu* (especialização)⁶. Ressalte-se que os cursos *stricto sensu* têm maior relevância para a avaliação das universidades e para a produção científica do estado.

O Indicador 4 – Número de estudantes do 3º ano do Ensino Médio da rede pública estadual no Programa Universidade Para Todos (UPT) também registrou evolução insatisfatória em 2016, refletindo o menor número de municípios que solicitaram a implementação do programa em relação a 2013. Vinculado ao Compromisso 20 – “Contribuir para a elevação do índice de aprovação e redução do índice de abandono na educação básica na rede estadual de ensino”, o indicador traduz a meta que projeta ampliar a oferta no Programa Universidade Para Todos em 90.400 vagas até 2019. Em 2016, 22.281 pessoas se inscreveram no programa – dessas, 6.708 são alunos regularmente matriculados no 3º ano do ensino médio e 15.573 são egressas da rede pública estadual.

O Indicador 5 – Número de matrículas na educação profissional da rede estadual apresentou evolução satisfatória, com a oferta de 100.924 vagas em 2016. Vinculado aos Compromissos 3 – “Fortalecer a educação profissional na rede estadual” e 19 – “Prover infraestrutura e suprimentos adequados na rede escolar estadual”, traduz diretamente a meta que prevê a ampliação da oferta na educação profissional em 150.000 vagas até 2019 (Compromisso 3), guardando relação, também, com a meta de construir três centros de educação profissional no quadriênio (Compromisso 19). Ressalte-se que o valor correto do indicador em 2013 (ano de referência) era de 67.083 matrículas, e não de 28.753, como publicado no PPA 2016-2019. Os valores não incluem matrículas em turmas de atividade complementar e atendimento educacional especializado (AEE) e exclusivas de educação especial.

6 – Houve um equívoco no valor de referência constante do Anexo deste Relatório - o número de cursos de pós-graduação ofertados na rede estadual em 2013 era de 282, e não de 152.

O Indicador 6 – Número de vagas do Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (EMITEC) na rede estadual também registrou evolução satisfatória, com a oferta de 20.191 vagas, cerca de 27% maior que em 2013 (ano de referência) e 5,7% maior que em 2015. Vinculado ao Compromisso 20 – “Contribuir para a elevação do índice de aprovação e redução do índice de abandono na educação básica na rede estadual de ensino”, reflete a meta de ampliar em 1.900 vagas a oferta do Ensino Médio com Intermediação Tecnológica – EMITEC até 2019.

Por fim, o Indicador 7 – Proporção de unidades escolares estaduais com Sistema de Bibliotecas Escolares implantado também apresentou evolução satisfatória, registrando, em 2016, 77 unidades escolares com bibliotecas implantadas, 56,7% a mais que em 2013 (ano de referência) e 37,5% a mais que em 2015. Vincula-se diretamente à meta do Compromisso 20, que projeta implantar o Sistema de Bibliotecas Escolares na educação básica até 2019.

Programa 203 – Desenvolvimento Produtivo

O Programa 203 contempla 21 compromissos, três deles relacionados aos indicadores. Avaliado pela evolução dos seus quatro indicadores válidos⁷, satisfatória em dois casos e sem programação para o exercício em um caso, o Programa 203 apresentou um desempenho bom em 2016.

O valor do Indicador 1 – Índice de produção de biomassa é desconhecido, e, portanto, nada é possível afirmar sobre a sua evolução em 2016. O indicador é vinculado ao Compromisso 9, particularmente às metas que projetam, no quadriênio, (i) implantar 12 indústrias de produção de biodiesel à base de rejeitos do processamento de pescado; (ii) instalar unidade piloto para produção de biomassa; e (iii) fomentar a instalação de seis máquinas e equipamentos inovadores em unidades básicas de beneficiamento agrícola para produção de biocombustíveis e biomassa energética. A execução de ações referentes a essas metas não foi programada para o exercício de 2016.

O Indicador 3 – Índice do número médio de dias para abertura de empresas na JUCEB apresentou evolução satisfatória, uma vez que o tempo médio para

7 – No Anexo deste Relatório constam cinco indicadores para o Programa 203 – Desenvolvimento Produtivo. Entretanto, o “Indicador 2 - Índice de produção de etanol através da moagem de cana de açúcar” não foi considerado válido, uma vez que houve equívoco na sua inclusão no PPA 2016-2019.

abertura de empresa em 2014 (ano de referência) era de cinco dias e, em 2016, de 3,5 dias. O indicador reflete os resultados obtidos no âmbito do Compromisso 19 – “Promover a simplificação, legalização e regionalização do registro mercantil”, particularmente no que se refere à meta que projeta, até 2019, promover a informatização do processo de registro mercantil para reduzir o tempo de abertura de empresas.

O Indicador 4 – Produção de grãos na Bahia registrou evolução insatisfatória em decorrência da estiagem prolongada que atingiu, de forma mais ou menos homogênea, todas as regiões, afetando a produção dos principais grãos produzidos no estado – soja, milho, caroço de algodão, feijão, sorgo, mamona, arroz e amendoim. As altas temperaturas e a irregularidade das chuvas, ao longo dos primeiros meses do ano, contribuíram para a quebra de produção das principais lavouras. O indicador é vinculado particularmente ao Compromisso 8 – “Apoiar a agroindústria, o comércio e serviços, a indústria e mineração e suas cadeias produtivas por meio da disponibilização de crédito”, com a meta que projeta, para o quadriênio, dis-

ponibilizar 14 linhas de financiamento para custeio e/ou investimentos fixos à implantação e ampliação de empreendimentos agropecuários, comércio e serviços, e para empresas que atuem nos setores de indústria e comércio.

Por fim, o Indicador 5 – Proporção de municípios conveniados com a Redesim apresentou evolução satisfatória, com um total de 49 municípios conveniados em 2016, ou 11,75% dos municípios baianos, contra 44 municípios conveniados em 2014, ano de referência. O indicador guarda relação com o Compromisso 19 – “Promover a simplificação, legalização e regionalização do registro mercantil”, especificamente à meta que projeta, até 2019, implantar o Sistema Integrador Estadual de Registro Mercantil nos 100 municípios de maior PIB *per capita*, por meio das iniciativas de (i) realizar parcerias voltadas à implantação do Sistema Integrador Estadual de Registro Mercantil e de (ii) integrar municípios à Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim). O número de municípios conveniados superou as expectativas, especialmente em decorrência da parceria com o SEBRAE.